

## DEFESA E DIREITOS DO CONSUMIDOR

- Defesa do Consumidor

[Lei n.º 24/96 de 31 de Julho](#) Assembleia da República

**Sumário:** Estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores. Revoga a [Lei n.º 29/81](#) de 22 de Agosto

- Direitos do Consumidor

[Lei n.º 24/2007 de 18 de Julho](#) Assembleia da República

**Sumário:** Define direitos dos utentes nas vias rodoviárias classificadas como auto-estradas concessionadas, itinerários principais e itinerários complementares

[Decreto-lei n.º 237/2005 de 30 de Dezembro](#) Ministério da Economia e da Inovação

**Sumário:** Cria a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica e extingue a Inspeção-Geral das Actividades Económicas, a Agência Portuguesa de Segurança Alimentar, I. P., e a Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar

[Lei n.º 25/2004 de 8 de Julho](#) Assembleia da República

**Sumário:** Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º [98/27/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Maio, relativa às acções inibitórias em matéria de protecção dos interesses dos consumidores

[Decreto-lei n.º 249/99 de 7 de Julho](#) Presidência do Conselho de Ministros

**Sumário:** Altera o [Decreto-Lei n.º 446/85](#) de 25 de Outubro, que regula o regime das cláusulas contratuais gerais

[Lei n.º 83/95 de 31 de Agosto](#) Assembleia da República

**Sumário:** Direito de participação procedimental e de acção popular

## GARANTIAS

[Decreto-lei n.º 84/2008 de 21 de Maio](#) Ministério da Economia e da Inovação

**Sumário:** Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 67/2003](#) de 8 de Abril, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º [1999/44/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Maio, sobre certos aspectos da venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas

[Decreto-lei n.º 67/2003 de 8 de Abril](#) Presidência do Conselho de Ministros

**Sumário:** Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º [1999/44/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Maio, sobre certos aspectos da venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, e altera a [Lei n.º 24/96](#) de 31 de Julho

### **LIVRO DE RECLAMAÇÕES**

[Portaria n.º 866/2009 de 13 de Agosto](#) Ministério da Economia e da Inovação

**Sumário:** Determina que a Direcção-Geral do Consumidor disponibilize em ambiente electrónico uma rede telemática de informação comum (RTIC) que assegure às entidades reguladoras e de controlo de mercado sectorialmente competentes uma plataforma para a gestão das reclamações

[Decreto-lei n.º 118/2009 de 19 de Maio](#) Ministério da Economia e da Inovação

**Sumário:** Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 156/2005](#), de 15 de Setembro, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral, criando a rede telemática de informação comum

[Portaria n.º 896/2008 de 18 de Agosto](#) Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Economia e da Inovação

**Sumário:** Altera a [Portaria n.º 1288/2005](#) de 15 de Dezembro, que aprova o modelo, edição, preço, fornecimento e distribuição do livro de reclamações a ser disponibilizado pelos fornecedores de bens e prestadores de serviços abrangidos pelo [Decreto-Lei n.º 156/2005](#) de 15 de Setembro

[Portaria n.º 70/2008 de 23 de Janeiro](#) Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Economia e da Inovação

**Sumário:** Altera a [Portaria n.º 1288/2005](#) de 15 de Dezembro, que aprova o modelo, edição, preço, fornecimento e distribuição do livro de reclamações a ser disponibilizado pelos fornecedores de bens e prestadores de serviços abrangidos pelo [Decreto-Lei n.º 156/2005](#) de 15 de Setembro

[Decreto-lei n.º 371/2007 de 6 de Novembro](#) Ministério da Economia e da Inovação

**Sumário:** Primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 156/2005](#) de 15 de Setembro, estabelecendo a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações em todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores

[Portaria n.º 1288/2005 de 15 de Dezembro](#) Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Economia e da Inovação



UNIÃO GERAL DE CONSUMIDORES

**Sumário:** Aprova o modelo, edição, preço, fornecimento e distribuição do livro de reclamações a ser disponibilizado pelos fornecedores de bens e prestadores de serviços abrangidos pelo [Decreto-Lei n.º 156/2005](#) de 15 de Setembro

[Decreto-lei n.º 156/2005 de 15 de Setembro](#) Ministério da Economia e da Inovação

**Sumário:** Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral

[Portaria n.º 365/99 de 19 de Maio](#) Ministério da Economia

**Sumário:** Altera a [Portaria n.º 1069/97](#) de 23 de Outubro, relativamente ao preço e às condições de pagamento do livro de reclamações. Revoga a [Portaria n.º 5/98](#) de 6 de Janeiro

[Decreto-lei n.º 135/99 de 22 de Abril](#) Presidência do Conselho de Ministros

**Sumário:** Define os princípios gerais de acção a que devem obedecer os serviços e organismos da Administração Pública na sua actuação face ao cidadão, bem como reúne de uma forma sistematizada as normas vigentes no contexto da modernização administrativa. Inclui a obrigatoriedade de existência de livro de reclamações nos serviços da Administração Pública.